

As ciências e as políticas do fogo em Portugal

Sessão temática. Organização: Inês Gomes (IHC/NOVA.FCSH/IN2PAST) , Miguel Carmo (IHC/NOVA.FCSH/IN2PAST), Frederico Ágoas (CICS.NOVA.FCSH) e José Miguel Moura Ferreira (IHC/NOVA.FCSH/IN2PAST)

A importância da interdisciplinaridade, das humanidades e das ciências sociais, para uma melhor compreensão de realidades socioecológicas, e para a melhor e mais eficaz implementação de políticas de gestão do território, tem vindo a ser crescentemente reconhecida. No que respeita os incêndios em Portugal, embora a perspetiva histórica tenha sido integrada em alguns estudos, a história das “ciências do fogo” e das suas relações com as políticas para o território está por fazer. Esta história é particularmente relevante quando sabemos que a segunda metade do século XX foi marcada, em Portugal e no sul da Europa, por uma intensificação da dimensão e frequência dos incêndios rurais, associada a transformações profundas nos espaços rurais, bem como a modificações persistentes do clima mediterrânico. Neste contexto, esta sessão discutirá a emergência em Portugal de uma ciência do fogo, examinando como este foi sendo perspetivado e analisado por agrónomos e silvicultores ao longo do século XX. Ao mesmo tempo, procurar-se-á explorar como a constituição deste campo científico se articulou com a emergência do fogo enquanto problema nacional na fase final do Estado Novo, a partir da sua inscrição nos debates parlamentares e legislação produzida. Por fim, partindo da história do eucalipto na Serra da Ossa, analisar-se-á como as políticas de arborização, a silvicultura e a indústria da pasta de papel se aliaram, alterando os regimes do fogo.

Controlar o fogo pelo fogo? A emergência de um campo académico-burocrático em torno dos incêndios rurais

16 nov
11.30-13h
Sala 242

Frederico Ágoas e Inês Gomes
CICS.NOVA.FCSH e IHC/NOVA.FCSH/IN2PAST

Palavras-chave: incêndios rurais, ciências do fogo, silvicultura, Estado, campo científico, usos do fogo, fogo controlado.

Os incêndios rurais convocam um profundo alarme social. À margem do furor mediático e político que suscitam, geraram-se em torno deles elaboradas ideias e práticas burocráticas e científicas a que correspondem, na universidade e na administração central, vastos domínios institucionais. Como tem sido apontado, trata-se de um processo que em Portugal remonta à década de 1950 e que fez dos incêndios florestais um objeto simultaneamente técnico e epistémico. Documentar a emergência do tópico, enquanto tal, e a lenta constituição de um campo científico-burocrático consignado à prevenção e ao combate dos fogos florestais, permite não só ajudar a contextualizar o aparato institucional e os discursos especializados que hoje se ocupam do tema, na esteira de trabalhos análogos, mas também recuperar algumas fontes, mais ou menos esquecidas, para a história dos incêndios rurais e, ainda, vislumbrar o papel do Estado e dos silvicultores na construção do problema. Esta comunicação recupera algumas das mais antigas menções aos incêndios florestais em meio académico, assinala a afirmação do tópico como objeto de pesquisa e de governo, em torno da ideia de uma floresta sem fogo, e sinaliza a tímida afirmação, após a revolução democrática de 1974, de um campo de estudos associado à possibilidade de adotar a prática ancestral – nunca verdadeiramente esquecida, mas entretanto abafada – de controlar o fogo pelo fogo.

Um país a arder. A emergência dos incêndios florestais como problema nacional no fim do Estado Novo

José Miguel Moura Ferreira
IHC/NOVA.FCSH/IN2PAST

16 nov
11.30-13h
Sala 242

Palavras-chave: Incêndios Florestais, Estado Novo, Portugal, Política.

Encarado do ponto de vista de 2023, o fogo é indubitavelmente um problema nacional. A cada ano que passa, um período cada vez mais longo de tempo é preenchido por anúncios políticos e comunicações mediáticas em torno dos incêndios florestais, dos seus impactos no território e nas populações, e dos meios legislativos e técnico-científicos que os podem mitigar. Esta preocupação está longe de ser uma realidade estritamente contemporânea. Ao longo dos séculos, o fogo foi frequentemente encarado como uma ameaça e objeto de restrições legislativas, sobretudo quando estes podiam ameaçar matas, bosques ou coutadas régias. No entanto, foi na segunda metade do século XX que os incêndios passaram paulatinamente de ser pensados como uma ameaça à floresta (ou a alguns tipos de floresta encarados como económica ou socialmente importantes) para ser olhados como um problema de estado e uma ameaça à nação. Tomando como ponto de partida uma análise dos debates parlamentares e da legislação produzida nas décadas finais do Estado Novo, esta comunicação procura analisar a emergência dos incêndios florestais como um problema nacional. Neste sentido, procura situar o problema na intersecção entre política, ciência e economia e analisar a sua relação com a consolidação de uma ideia de floresta como projeto de estado e com a afirmação de novos discursos técnico-científicos sobre a prevenção e combate aos fogos florestais.

Fogos e Eucaliptos na Larga Duração: Serra da Ossa, Casa de Bragança e Portucel

Tiago Saraiva
Drexel University

16 nov
11.30-13h
Sala 242

Palavras-chave: regimes de fogo, políticas florestais, eucalipto, silvicultura, engenharia química, Serra da Ossa, Casa de Bragança, Portucel

A arborização da Serra da Ossa por meio do cultivo de eucaliptos constitui exemplo das políticas florestais da fase tardia do Estado Novo com importantes consequências para o atual regime de fogos em Portugal. Qual a contribuição da história das ciências para a compreensão das dinâmicas históricas em jogo? Nesta comunicação articula-se história de serviços florestais e as suas formas específicas de conhecer e intervir no território com história da engenharia química e inovação industrial. Junta-se assim a silvicultura desenvolvida no Instituto Superior de Agronomia com a química do fabrico de pasta de papel na fábrica da Portucel em Cacia para dar conta das mudanças drásticas ocorridas na Serra da Ossa nos anos setenta. Escolheu-se a Serra da Ossa não só como caso representativo de uma política de arborização que se estende a territórios muito além do Alentejo, mas sobretudo pela possibilidade de colocar o eucalipto numa bem documentada história local de larga duração que remonta, pelo menos, à ocupação de dita serra pela Casa de Bragança. Propõe-se fazer da sucessão de regimes de fogo na Serra da Ossa tradução material de mudanças de práticas territoriais que ganham novos sentidos quando entendidas desde a história das ciências.